

## Como andam os Princípios da Administração Pública na Gestão da Eletrobras?

Que qualidades se devem esperar do presidente de uma estatal como a Eletrobras?

Primeiramente espera-se que cumpra rigorosamente os princípios do direito administrativo que lastreiam a administração pública, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Como se comporta o senhor Wilson Pinto Junior com relação a cada um desses princípios? Vejamos.

**Legalidade** - até o momento, não temos elementos para comentar a sua relação com a legalidade. Temos que ser criteriosos ao apontarmos ilegalidades na conduta de quem quer que seja, mesmo diante de indícios e ainda que seja um inimigo da Eletrobras e da classe trabalhadora.

**Impessoalidade** - Contrariando este princípio, Wilson Pinto Junior é "personalíssimo". Empoderou-se de conquistas e projetos de gestão do ex-presidente José da Costa Neto, como se antes a Empresa nunca tivesse feito nada de certo. É autoritário e centralizador. Não divide os méritos das melhorias que a Empresa vem apresentando graças ao esforço dos seus trabalhadores e trabalhadoras, ao contrário, menospreza-os e atribui o grande aumento do valor de mercado da Eletrobras em 2016 à sua pessoa, mesmo diante da relação evidente entre este aumento e o reconhecimento da RBSE (Rede Básica Sistemas Existentes), resultado de um trabalho anterior a sua gestão.

Para observar a real "contribuição" do senhor Wilson Pinto Junior, o melhor é nos voltarmos para a FSB, contratada sem licitação por quase dois milhões de reais, para enxovalhar a Eletrobras e promover o culto à personalidade do seu atual presidente.

**Moralidade** - O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), declarou à Folha de São Paulo que o pedido de aumento de salário do Pinto Júnior era imoral. Diante dessa declaração, precisa falar mais alguma coisa?

**Publicidade** - Falta também transparência no discurso do senhor Wilson Pinto Junior. Além de excessos de contratos por inexigibilidade (FSB, Roland Berger, BTG, Kienbaum), cujas razões não são suficientemente explicadas, ao chegar à Eletrobras, "jurou de pé junto" que não vinha para privatizá-la, há vídeos gravados com esse compromisso. Enquanto isso preparava o plano maquiavélico de privatização. E ao anuncia-lo abusou de neologismos para escamotear a verdade. Para ele, não é venda, mas democratização de capital. Essas tenebrosas transações a que ele se dedica, ofendem tanto à moralidade quanto à publicidade. Sobre a tal democratização, para que fique bem claro, a palavra correta é **privatização!** Entrega pusilânime do patrimônio do povo aos fundos de investimentos amigos dele e inimigos do Brasil.

**Eficiência** – Wilson Pinto Junior elaborou um plano mirabolante para privatizar a Eletrobras, que aumentará as tarifas, entregará ao controle de fundos estrangeiros o patrimônio do povo e deixará o país refém de interesses externos

em nossa política energética. Pouco fez para resolver os reais problemas da Empresa, como por exemplo a questão do Empréstimo Compulsório. Isso é ser eficiente?

Além desses princípios, nos damos o direito de elencar um predicado moral que deveria balizar a atuação de qualquer homem público: a coragem. Segundo o dicionário, "é a firmeza de espírito para enfrentar situação emocional ou moralmente difícil".

Na terça-feira, dia 08/05, o senhor Wilson Pinto Junior deu um exemplo de que lhe falta coragem. A Comissão Especial da Câmara, que debate a privatização da Eletrobras, convidou o Ministro da Fazenda para falar sobre a entrega de nosso patrimônio público.

As Entidades de Representativas dos Trabalhadores, cumprindo seu papel de defesa da Empresa, compareceram à audiência, sendo expulsas e censuradas pelo deputado Hugo Motta (MDB-PB). Antes, ao chegarem à sala da Comissão, constataram que trabalhadores da Eletrobras estavam lá para assessorar o ministro.

A AEEL e os Sindicatos da Base Rio são solidários a esses trabalhadores e trabalhadoras assediados e repudiam mais essa atitude do senhor Wilson Pinto Junior.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras se fortalece a cada dia e a cada dia os privatistas ficam mais isolados defendendo esse crime de LESA PÁTRIA.

Ora, os trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras não têm, nas suas funções, as atribuições de assessorar ministros em audiências públicas. Não cabe nem mesmo ao presidente e aos demais diretores da Empresa, cumprir esse papel. A situação se agrava ainda mais porque o tema contraria aos próprios trabalhadores e trabalhadoras. A ideia da privatização é do Pinto Junior. Por que ele não se transfere para Secretaria do MME para defender suas ideias na Câmara?

Faltou-lhe coragem, pois ele sabia que seria sabatinado pelos deputados por causa da privatização e de seu pedido de aumento imoral de salário. O Deputado Danilo Cabral (PSB-PE) inclusive disse: "- Num governo sério, esse presidente seria demitido".

Numa demonstração de covardia, apelou para o assédio moral e o desvio de função dos trabalhadores e trabalhadoras para ajudar o ministro a desmoralizar a empresa em que trabalham.

Essa atitude vil é mais um episódio lamentável de autoritarismo, covardia e assédio moral.

**Juntos somos sempre mais fortes!**

**ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))**

A Diretoria, em 10 de maio de 2018.  
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

